

**ATA DA REUNIÃO DA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA APJ - ASSOCIAÇÃO PARQUE JUNQUEIRA
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024**

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas e trinta minutos, realizou-se na sede social da Fundação AIP, sita na Travessa da Guarda, nº 3, em Lisboa, uma Assembleia Geral Ordinária da APJ - Associação Parque Junqueira, com sede na Praça das Indústrias, na Freguesia de Alcântara, Concelho e Distrito de Lisboa, Pessoa Coletiva Nº 504 106 171, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o mesmo número.

Encontravam-se presente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor Idalino André Rodrigues do Nascimento Magrinho e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral, Dr. João Lourenço Vieira.

Encontravam-se, também, presentes os seguintes membros da Direção: o Presidente, Comendador Jorge Rocha de Matos, os Vice-Presidentes, Dr. Nuno Miguel Pereira da Cruz e Eng. Carlos José Duarte de Oliveira, e os Vogais, Dra. Mariana Freire de Andrade e Dr. Manuel Duarte de Oliveira.

O Conselho Fiscal estava representado pela Presidente, Dra. Rita Neves Soares Cruz, e pela Vogal ROC Efetiva, Dra. Ana Gabriela Barata de Almeida, em representação da empresa BDO & Associados, SROC.

A associada Fundação AIP estava representada pelo Eng. Carlos José Duarte de Oliveira, a associada Câmara Municipal de Lisboa estava representada pela Dra. Maria Alice Raposo Apolónia Nobre Cortes e a associada LISBOA-FCE estava representada pelo Dr. João Lourenço Vieira.

O Presidente da Direção solicitou autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia

Geral para que o Dr. Emanuel Gonçalves Pereira, Diretor Financeiro da associada Fundação AIP e a Dra. Anabela Barra Mendes, Diretora da Contabilidade e Controlo de Gestão da associada Fundação AIP, pudessem estar presentes para, em devido tempo, poderem prestar alguns esclarecimentos complementares, pedido que foi concedido. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, considerou a Assembleia Geral regularmente constituída e verificando estarem presentes todas as associadas comunicou que fora apresentada a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. Apreciação e deliberação sobre o Relatório, Balanço e Contas da Direção e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2023.**-----
- 2. Apreciar e deliberar sobre a proposta de Aplicação de Resultados.**-----
- 3. Proceder à apreciação geral do desempenho da Direção e fiscalização da Associação.**-----
- 4. Ratificação da aprovação do Orçamento para 2024.**-----
- 5. Apreciação das Demonstrações de Resultados previsionais para 2025 a 2027.**-----
- 6. Comissão de Fixação de Vencimentos – Informação.**-----
- 7. Outros assuntos de interesse para a Associação.**-----

Estando todas as associadas de acordo sobre a Ordem de Trabalhos, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, declarou aberta a sessão, saudando os representantes das Associadas e os membros da Direção e do Conselho Fiscal e demais presentes. -----

Entrando no **PONTO UM** da Ordem de Trabalhos, **Apreciação e deliberação sobre o Relatório, Balanço e Contas da Direção e do Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 2023**, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António



do Pranto Nogueira Leite, deu o uso da palavra ao Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, que apresentou o Relatório, Balanço e Contas da APJ, referente ao exercício de 2023, aprovado, por unanimidade, em reunião da Direção de 29 de fevereiro de 2024.

No respeitante ao Relatório da Direção, o documento contém uma introdução e enquadramento histórico da APJ, desde a sua fundação até à atualidade, com o intuito de deixar sintetizado os principais passos da sua história e da estrutura da Instituição, destacando o acordo de 17 de julho de 1997, celebrado entre a AIP-Associação Industrial Portuguesa e a CML-Câmara Municipal de Lisboa, para a constituição de uma associação sem fins lucrativos, a APJ-Associação Parque Junqueira – Acordo do Centro de Congressos de Lisboa, Projeto Parque Junqueira, oficializado a 27 de fevereiro de 1998, por escritura pública, cujo objeto inicial fora “a definição de linhas estratégicas de organização, utilização e de gestão dos espaços ou instalações que, constituindo o seu património, tenham sido previamente definidas como estando inseridas em áreas que, pela sua localização geográfica ou pelo tipo de utilização ou atividade, fossem classificadas como prioritárias para contribuir de forma ativa para a dinamização e incremento da competitividade e da produtividade empresarial da cidade de Lisboa, nomeadamente no que se refere à atividade turística”.

De seguida, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, referiu que, a 14 de fevereiro de 2001, também por escritura pública, a APJ procedera à alteração dos seus estatutos, destacando-se, entre outros, a inclusão no seu objeto “da realização de atividades de desenvolvimento imobiliário e de exploração turística, tendo em vista contribuir para o incremento da produtividade e competitividade empresarial da cidade de Lisboa”.



No seguimento da sua apresentação, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, sublinhou que o Relatório e Contas de 2023 incluía, igualmente, um capítulo dedicado aos órgãos sociais, sublinhando as eleições realizadas em 17 de março de 2022, para **o triénio 2022-2024.**

A seguir, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, informou a Assembleia Geral que o documento incluía, igualmente, entre outras informações, as relativas ao património mobiliário e imobiliário da APJ e à sua valorização, e um capítulo dedicado à situação económico-financeira da APJ, destacando, neste aspeto, que o exercício de 2023 no plano económico decorrera de forma positiva, salientando, no entanto, que os juros e gastos similares ascenderam a 905 mil euros, sensivelmente o dobro do registado no período homólogo de 2022 (436 mil euros), em resultado da subida das taxas de juro (mais concretamente do indexante, a Euribor a um mês). Foi este aumento que esteve na origem da acentuada redução do resultado, antes de impostos, e do resultado líquido de 2022 para 2023.

Depois, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, referiu que o documento apresentava a evolução de alguns rácios relacionados com a estrutura financeira/endividamento e a rendibilidade económica e financeira da APJ, referindo que a Autonomia Financeira da Associação fora, em 2023, de 78%, que compara com os 76% no exercício anterior, a Solvabilidade fora, em 2023, de 354%, comparando com os 321%, verificados em 2022, e o Endividamento fora de 22%, comparando com **os 24% registados em 2022.**

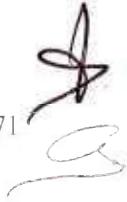
Quanto ao valor do VAB-Valor Acrescentado Bruto, cifrou-se em dois milhões e 185 mil euros, consubstanciando um acréscimo em relação ao valor de 2022, que registou dois milhões e cinco mil euros e o Investimento cifrou-se em 141 mil euros, em 2023, que compara com os 145 mil euros verificados em 2022.



Sobre as perspetivas futuras da Associação, o Presidente da Direção, Jorge Matos, destacou que o desenvolvimento das atividades do CCL-Centro de Congressos de Lisboa surge, cada vez mais, determinado pela sua capacidade de projeção internacional e pela correlativa sincronia com a cidade de Lisboa e com os seus principais agentes institucionais e empresariais, com particular ênfase para a Câmara Municipal de Lisboa, à semelhança com o que acontece com os centros de congressos **europeus de referência.** -----

Em relação às orientações estratégicas gerais, estas apontam para a efetivação de importantes investimentos na adaptação e modernização do edifício CCL, por forma a responder da melhor forma às necessidades e expetativas dos clientes, tornando as áreas disponíveis mais funcionais, mais polivalentes e atrativas e para a importância de estudar várias hipóteses de aprofundamento do relacionamento da APJ com a Câmara Municipal de Lisboa, com vista a permitir um esforço conjunto de dinamização do turismo de negócios na cidade de Lisboa e da modernização e reforço da competitividade das empresas portuguesas, e das sedeadas na área metropolitana de Lisboa, em particular, nomeadamente através da dinamização da atividade relacionada com congressos, feiras temáticas e eventos similares. De igual modo, é essencial aproveitar as sinergias decorrentes da localização privilegiada das nossas instalações, junto ao rio Tejo, no âmbito do programa para a revitalização e reordenamento turístico da Junqueira e do programa de melhoramento da zona ribeirinha da faixa Cais do Sodré/Belém e Santa Apolónia/Parque das Nações. -----

Torna-se, assim, imprescindível a apresentação e aprovação de candidaturas a fundos comunitários para financiar os investimentos em grandes obras de reparação, melhoramento e adaptação do edifício CCL, ou outros com ligação direta ou indireta à APJ com uma percentagem significativa de apoios a fundo perdido, face ao



investimento a efetuar. Essa percentagem poderá, eventualmente, ser superior, se conseguirmos enquadrar estas obras no âmbito de projetos estruturantes, com o apoio do Turismo de Portugal, da Câmara Municipal de Lisboa ou de outra entidade pública. -----

Em relação à Demonstração dos Resultados Individuais, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, indicou que, no exercício findo a 31 de dezembro de 2023, o Resultado Líquido fora de 121 mil e 636 euros, que compara com os 359 mil e 355 euros, registados a 31 de dezembro de 2022. -----

Sobre o valor do EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos) da APJ, a 31 de dezembro de 2023, o Presidente Jorge Rocha de Matos informou a Direção que fora de dois milhões, 143 mil e 57 euros, que compara com o valor de um milhão, 966 mil e 570 euros, verificado em 31 de dezembro de 2022. -----

Depois, a Assembleia Geral foi informada que o Resultado Operacional da APJ, no período em análise, fora de um milhão, 93 mil e 362 euros, comparando com os 921 mil e 412 euros, verificados em 31 de dezembro de 2022, e o Resultado, antes de impostos, fora de 188 mil e 271 euros, a 31 de dezembro de 2023, que compara com os 485 mil e 254 euros, registados a 31 de dezembro de 2022. -----

Seguidamente, em relação aos valores apurados, a 31 de dezembro de 2023, no Balanço Individual, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, informou a **Assembleia Geral que foram os seguintes:** -----

- 1)** Ativo não corrente, 99 milhões, 950 mil e 994 euros, que compara com os 98 milhões, 339 mil e 962 euros, apurados em 31 de dezembro de 2022; **2)** Ativo corrente, um milhão, 158 mil e 851 euros, que compara com os 655 mil e 961 euros, **verificado em 31 de dezembro de 2022;** -----
- 3)** Total do Ativo, 101 milhões, 109 mil e 845 euros, que compara com os 98 milhões,



995 mil e 923 euros, verificados em 31 de dezembro de 2022; **4) Total do Passivo e dos Fundos Patrimoniais**, 101 milhões, 109 mil e 845 euros, comparando com os 98 milhões, 995 mil e 923 euros, registados em 31 de dezembro de 2022; -----

5) Passivo não corrente, 20 milhões, 64 mil e 151 euros, que compara com os 21 milhões, 394 mil e 355 euros, registados em 31 de dezembro de 2022; -----

6) Passivo corrente, dois milhões, 198 mil e 70 euros, comparando com os dois milhões, 147 mil e 472 euros, verificado em 31 de dezembro de 2022; e, -----

7) Total do Passivo, 22 milhões, 262 mil e 221 euros, que compara com os 23 milhões, 541 mil e 827 euros, verificados em 31 de dezembro de 2022. -----

De seguida, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, destacou três aspetos no **documento apresentado**: -----

1) A valorização do património; -----

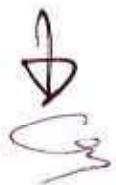
2) Apesar dos indicadores económicos terem melhorado, o Resultado líquido foi menor do que no exercício anterior devido ao aumento dos “juros e gastos similares suportados”; e, -----

3) A redução do Passivo. -----

A seguir, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, informou a Assembleia Geral sobre a situação fiscal da APJ, na presente data, referindo que todas as responsabilidades perante a Segurança Social e a AT-Autoridade Tributária e Aduaneira se encontravam cumpridas, sendo reconhecido documentalmente pelas referidas instituições não haver incumprimentos fiscais por parte da APJ. -----

Foi referido, igualmente, que a APJ tem uma “folha limpa” na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, não existindo qualquer situação de incumprimento junto do setor bancário. -----

A terminar a sua intervenção, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos,



realçou, ainda, que o esforço da equipa diretiva merecia certamente o reconhecimento dos associados da APJ e as perspetivas indicavam que a Associação estaria no caminho certo, tendo o ano de 2024 sido mais favorável do que as estimativas apontavam, sublinhando que a APJ não vivia à conta de subsídios para desenvolver a sua atividade, mas, sim, do esforço e do valor da sua própria conta de exploração apresentada no Relatório e Contas, agradecendo aos seus colegas de Direção pelo dinamismo e empenhamento no seguimento dos diversos projetos da APJ em curso, ao Conselho Fiscal, pelo acompanhamento criterioso das contas da Associação e, ainda, a Emanuel Gonçalves Pereira, Diretor Financeiro da Fundação AIP, e a Anabela Mendes, Diretora da Contabilidade e Controlo de Gestão da Fundação AIP, pelo trabalho desenvolvido na elaboração do documento ora apresentado, disponibilizando-se, desde logo, para, quer ele quer os seus colegas da Direção prestarem quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários. -----

Não havendo questões sobre a matéria apresentada, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, deu o uso da palavra à Presidente do Conselho Fiscal, Dra. Rita Neves Soares Cruz, para dar nota à Assembleia Geral que o Conselho Fiscal da APJ, na sua reunião de 29 de fevereiro de 2024, sobre a análise do Relatório, Balanço e Contas da APJ, referente ao exercício de

2023, deliberara emitir o seguinte: -----

“RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL”-----

Senhores Associados, -----

Relatório-----

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2023 a atividade da APJ-Associação Parque Junqueira, examinámos regularmente os livros,



registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Direção os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo às demonstrações financeiras e o Relatório da Direção, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

Parecer

Assim, propomos:

1º) Que sejam aprovados o Relatório da Direção, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo às demonstrações financeiras, apresentados pela Direção, relativos ao exercício de 2023.

2º) Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção.

Depois, a Presidente do Conselho Fiscal, Dra. Rita Neves Soares Cruz, referiu o acompanhamento do trabalho inerente ao órgão que preside, agradecendo o excelente trabalho desenvolvido pela auditora BDO e a celeridade com que **apresentou toda a documentação.**

Seguidamente, o representante da associada LISBOA-FCE, Dr. João Lourenço Vieira, informou a Assembleia Geral que os documentos financeiros relativos ao exercício de 2023 da APJ eram claros, assim como a intervenção sobre o assunto do Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, reconhecendo o bom trabalho realizado



pela Direção que permitiu alcançar os resultados apresentados, congratulando-se pelos mesmos e afirmando a sua apreciação francamente positiva pelo desempenho da Direção da APJ, durante o exercício de 2023, extensiva ao Conselho Fiscal e às áreas de suporte, nomeadamente a área financeira e do controlo de gestão, realçando, por fim, ser este o caminho a trilhar no futuro, no que foi corroborado nesta sua intervenção pela representante da associada Câmara Municipal de Lisboa, Dra. Maria Alice Raposo Apolónia Nobre Cortes, e pelo representante da associada **Fundação AIP, Eng. Carlos Duarte de Oliveira.** -----

A seguir, e não havendo quaisquer perguntas sobre o documento, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, enalteceu a forma clara e transparente como o documento fora elaborado e apresentado, o que mereceu uma Certificação Legal das Contas sem qualquer enfâse, incerteza ou reserva por parte da entidade auditora, submetendo-o, depois, à apreciação e aprovação das associadas, que aprovaram, por unanimidade, o Relatório da Direção, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo apresentados pela Direção, relativos ao exercício de 2023. -----

Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou ao **PONTO DOIS** da Ordem de Trabalhos, **Apreciar e deliberar sobre a proposta de Aplicação de Resultados**, dando o uso da palavra ao Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, que apresentou a proposta da Direção da APJ de Aplicação de Resultados, referente ao exercício de 2023, com a aprovação do Conselho Fiscal, da qual consta que o Resultado líquido positivo, no montante de 121 mil, 636 euros e 21 centimos (cento e vinte e um mil, seiscentos e trinta e seis euros e vinte e um centimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados. -----



Submetida à apreciação das associadas foi esta proposta aprovada por unanimidade. Entrando no **PONTO TRÊS** da Ordem de Trabalhos, **Proceder à apreciação geral do desempenho da Direção e fiscalização da Associação**, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, deu o uso da palavra ao representante da associada LISBOA-FCE, Dr. João Lourenço Vieira, que felicitou os membros dos Órgãos Sociais da APJ, em geral, e os da Direção, em particular, propondo que a Assembleia Geral aprovasse um voto de louvor, na sua globalidade e individualmente a cada um dos seus membros, pela forma como conduziram os destinos da Associação Parque Junqueira durante o exercício de 2023.

Esta proposta foi secundada pelo representante da associada Fundação AIP e pela representante da associada Câmara Municipal de Lisboa.-----

Submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Geral foi a proposta aprovada **por unanimidade**.-----

De seguida, o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos agradeceu o louvor conferido pelas associadas Fundação AIP, Câmara Municipal de Lisboa e LISBOA-FCE, pelo trabalho realizado pela Direção da APJ, referindo que esta o fizera cumprindo com determinação a sua obrigação de defender o melhor para a Associação, para a cidade de Lisboa e para Portugal. -----

De igual modo, a Dra. Rita Neves Soares Cruz, em nome dos membros do Conselho **Fiscal, a que preside, agradeceu o louvor**.-----

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, passou, de imediato, ao **PONTO QUATRO** da Ordem de Trabalhos, **Ratificação da aprovação do Orçamento da APJ para 2024**, tendo o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, solicitado o uso da palavra, pedindo autorização ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral para que a Diretora da



Contabilidade e do Controlo de Gestão da associada Fundação AIP, Dra. Anabela Barra Mendes, que também dá apoio à APJ, fizesse a apresentação do Orçamento para 2024 da APJ, que tem os seguintes valores, nos seus principais indicadores: -----

1. Vendas e serviços prestados: dois milhões e 547 mil euros; -----
2. EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos):
dois milhões e 222 mil euros; -----
3. Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos): um milhão
e 145 mil euros; -----
4. Resultado antes de impostos: 93 mil euros; -----
5. Resultado líquido: 69 mil euros.-----

Seguidamente, o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, disponibilizou-se para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários, e não havendo questões sobre a matéria apresentada, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, pôs à votação a ratificação do Orçamento para 2024 da APJ, que foi aprovado, por **unanimidade, pela Assembleia Geral.** -----

Passando, de seguida, ao **PONTO CINCO** da Ordem de Trabalhos, **Apreciação das Demonstrações de Resultados previsionais para 2025 a 2027**, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, conferiu o uso da palavra ao Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, que solicitou que a Diretora da Contabilidade e do Controlo de Gestão da associada Fundação AIP, Dra. Anabela Barra Mendes, fizesse a apresentação do mapa das Demonstrações de Resultados previsionais para 2025 a 2027, aprovado na reunião da Direção, realizada a 23 de novembro de 2023, tendo esta referido à Assembleia Geral que o documento apresentado presumia os seguintes pressupostos: -----



1) Aumentos no pagamento das rendas da infraestrutura CCL de 150 mil euros em 2025, 2026 e 2027 (coeficiente de atualização das rendas); 2) A partir de 2025, imputação de subsídios ao investimento em função dos investimentos previstos, com uma taxa de participação de 30%; -----
3) Não inclusão dos investimentos relacionados com a praça Sony; -----
4) Variação da Euribor de acordo com as projeções elaboradas pelo Banco Montepio, em maio de 2023, incluindo, de 2024 a 2027 juros bancários e do empréstimo da LISBOA-FCE; e, -----
5) Considerada uma taxa efetiva de 26% (impostos correntes + diferidos). -----
Seguidamente, a Diretora de Contabilidade e Controlo de Gestão da associada Fundação AIP, Dra. Anabela Barra Mendes, informou a Assembleia Geral sobre os valores do Mapa da Demonstração dos Resultados Previsionais, cuja estimativas para os anos de 2025 a 2027 são as seguintes: -----

Em 2025: -----

1. Vendas e serviços prestados: dois milhões e 698 mil euros; -----
2. EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos): **dois milhões e 397 mil euros;** -----
3. Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos): um milhão **e 244 mil euros;** -----
4. Resultado antes de impostos: 295 mil euros; -----
5. Resultado líquido: 219 mil **euros.** -----

Em 2026: -----

1. Vendas e serviços prestados: dois milhões e 848 mil euros; -----
2. EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos): **dois milhões e 573 mil euros;** -----



3. Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos): um milhão e 327 mil euros;

4. Resultado antes de impostos: 364 mil euros;

5. Resultado líquido: 269 mil euros.

Em 2027:

1. Vendas e serviços prestados: dois milhões e 899 mil euros;

2. EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos): dois milhões e 646 mil euros;

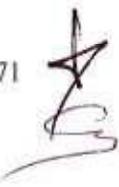
3. Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos): um milhão e 320 mil euros;

4. Resultado antes de impostos: 420 mil euros;

5. Resultado líquido: 311 mil euros.

Terminada a apresentação, o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, disponibilizou-se para prestar os esclarecimentos adicionais julgados necessários, e não havendo questões sobre a matéria apresentada, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, passou, de imediato, à votação das Demonstrações de Resultados previsionais para 2025 a 2027, que foram aprovadas, por unanimidade, pela Assembleia Geral.

De seguida, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, pediu para intervir, solicitando ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral para que com o seu douto conhecimento da realidade económica nacional e internacional pudesse discorrer sobre as principais previsões da APJ para os anos de 2025 a 2027, tendo o Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite referido que o cenário atual é de que a Europa se está a preparar para um quadro de economia de guerra, sendo mais visível essa



contingência nos países para além dos Pirenéus, pelo que um cenário económico central para a APJ, como é o caso vertente, será o mais correto de adotar. -----

Depois, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, salientou que aqueles aspetos, conjugados com os sinais positivos evidenciados de redução das taxas de referência, por parte do Banco Central Europeu, para o 2º semestre do presente ano, e a continuação, em 2025, do ajustamento dos indicadores económicos de acordo com o negociado em Maastricht, é expectável que o plano apresentado seja razoável e prudente o necessário para a Associação Parque Junqueira possa enfrentar o *status quo* de acordo com as variáveis hoje conhecidas, devendo-se, no entanto, fazer periodicamente a sua correção e ajustamentos, tendo em conta a evolução da conjuntura económica internacional

que é muito volátil, especialmente a europeia. -----

Passando, seguidamente, ao **PONTO SEIS** da Ordem de Trabalhos, **Comissão de Fixação de Vencimentos – Informação**, o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos transmitiu à Assembleia Geral a informação recebida sobre o assunto da parte da associada Câmara Municipal de Lisboa, referindo que a edilidade lisboeta necessitaria de mais algum tempo para indicar o seu representante na Comissão de Fixação de Vencimentos da APJ, e que quando tal facto ocorrer o transmitiria ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APJ, de acordo com os Estatutos da APJ. -----

De seguida, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, passou, de imediato, ao **PONTO SETE** da Ordem de Trabalhos, **Outros assuntos de interesse para a Associação**, tendo o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, solicitado o uso da palavra para fazer uma breve apresentação do projeto da obra de remate da fachada poente do Centro de



Congressos de Lisboa, com vista a introduzir um novo módulo, dando nota dos avanços registados até ao momento e o perspetivado para um futuro breve, projeto que está a ser acompanhado pela Câmara Municipal de Lisboa e que poderá eventualmente beneficiar de apoios comunitários, permitindo aumentar o espaço comercial e consequentemente incrementar os resultados do negócio do Grupo Fundação AIP, e dar uma nova imagem a esta zona da Junqueira, que já beneficiou com a inauguração, a 29 de novembro de 2022, do hotel Hyatt Regency Lisboa e da **nova praça dos Congressos.** -----

De igual modo, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, apresentou à Assembleia Geral o Pré-projecto de desenvolvimento transitório da praça Sony, e das instalações da FIL, no Parque das Nações, destacando que o projeto global de expansão do Centro de Congressos, Exposições e Eventos de Lisboa, na zona oriental, está dividido em quatro etapas e espaços geográficos, a saber: -----

- 1) Praça Sony;** -----
- 2) Fecho do espaço entre os pavilhões da FIL; -----
- 3) Construção dos *breakout rooms*, vulgo pavilhão 6; e, -----
- 4) Zona a poente para eventual montagem e implementação de um projeto de parceria para o desenvolvimento de diversa atividade comercial. -----

No referente à praça Sony, o plano preliminar prevê a construção de um pavilhão amovível com uma área de cerca de 13 mil e 500 m², e uma intervenção global no **espaço de cerca de 20 mil e 100 m².** -----

O referido pavilhão terá um vão livre, com uma altura de 20 metros, que compara com a altura de 10 metros dos pavilhões 2, 3 e 4 da FIL, e de 15 metros do pavilhão 1 **da FIL.** -----

O pré-projecto prevê, igualmente, a possibilidade da ligação do pavilhão à avenida do



Atlântico, através de uma cobertura, desmontável, alargando, assim, o espaço para a realização de eventos, com o encerramento da referida avenida, se necessário, para albergar eventos maiores, nomeadamente a Web Summit, permitindo, também, a **ligação aos atuais quatro pavilhões da FIL.**

No novo pavilhão seria, possível, igualmente, a existência de duas entradas principais. Seguidamente, o Presidente da Direção, Jorge Rocha de Matos, referiu, ainda, que haveria a hipótese de a zona na praça Sony, contígua ao novo pavilhão, destinada à construção, por um empreendedor autónomo, de um hotel, poder ser trocada por um outro espaço, aproveitando-se, deste modo, para fazer na praça Sony um projeto de raiz, totalmente verde, complementando o projeto da LISBOA-FCE de instalação **de painéis solares nos pavilhões da FIL.**

Como corolário, isso permitiria que o novo pavilhão ficasse alinhado com os atuais **quatro pavilhões da FIL.**

Esse novo projeto, seria totalmente autossustentável nas suas diversas fases e desenvolvido pelo projetista da nova FIL, no Parque das Nações, António Barreiros Ferreira, também responsável pelo projeto inicial da FIL de 1998, sendo avaliado na CML – Câmara Municipal de Lisboa, em reuniões a agendar em breve, em que estarão presentes os membros do Conselho de Administração da Fundação AIP, o Vice-Presidente da CML, Filipe Anacoreta Correia e, eventualmente, o Vereador da Cultura, Economia e Inovação da Câmara Municipal de Lisboa, Diogo Moura, e diferentes responsáveis da CML, num processo negocial bastante envolvente e que, se levado a bom porto, necessitaria da convocação de uma assembleia geral extraordinária da APJ para ratificação das decisões alcançadas entre as Partes sobre **o referido processo negocial.**

Depois, o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, enalteceu o

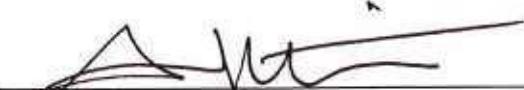


atual grande espírito de cooperação e partilha de informações entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Grupo Fundação AIP que tem permitido, através de um processo negocial contínuo e frutuoso, resolver os vários dossiers que se encontravam pendentes entre as partes (lote 24, processo com a ATL, entre outros), o que muito tem aprazido a Direção da APJ, agradecendo, igualmente, o enorme contributo das associadas Câmara Municipal de Lisboa, Fundação AIP e LISBOA-FCE, bem como da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal, que tem sempre acompanhado com minúcia os nossos passos, especialmente a sua Presidente, Dra.

Rita Neves Soares Cruz:-----

A terminar a sua intervenção, o Presidente da Direção, Comendador Jorge Rocha de Matos, expressou o seu muito obrigado pela forma brilhante como o Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite, como sempre, dirigira a Assembleia Geral, colocando a sua boa orientação e inteligência ao serviço da APJ, tendo o desenvolvimento dos trabalhos da presente reunião disso beneficiado em muito. --- Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Prof. Doutor António do Pranto Nogueira Leite agradeceu, sensibilizado, as palavras proferidas pelo Comendador Jorge Rocha de Matos, sublinhando que seria ótimo o agendamento da referida assembleia geral extraordinária, sinal de que as negociações com a Câmara Municipal de Lisboa tinham tido o sucesso pretendido, e não havendo qualquer pedido para intervenção, ou qualquer outro assunto a tratar, deu por terminado os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária da APJ, pelas doze horas, de que se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada.-----

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL


(António do Pranto Nogueira Leite)

ASSOCIAÇÃO PARQUE JUNQUEIRA
PRAÇA DAS INDÚSTRIAS 1300 – 307 LISBOA CAE: 91333 NIF: 504106171
MAT. 293/99.08.23 em LISBOA Capital: 0 (zero) Euros

O VICE-PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL


(Idalino André Rodrigues do Nascimento Magrinho)

O SECRETÁRIO


(João Lourenço Vieira)

PELAS ASSOCIADAS:

FUNDAÇÃO AIP

(Carlos José Duarte de Oliveira)

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

(Maria Alice Raposo Apolónia Nobre Cortes)

LISBOA-FCE

(João Lourenço Vieira)